Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ATA DE REUNIÃO

Aos 13 dias do mês de novembro do ano de 2024 às 10h17, na Sede no Iphan - SEPS 702/902, Bloco C, Torre Iphan, Asa Sul, Brasília - DF, e por acesso remoto pela plataforma *Microsoft Teams,* realizou-se a **46ª Reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial**. A Reunião foi presidida pelo Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Deyvesson Israel Alves Gusmão, que informou que precisaria se ausentar em alguns momentos e informou ao pleno que, em sua ausência, a reunião seria conduzida pela Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, Diana Dianovsky, considerando que ocupa o encargo de substituta eventual na direção do Departamento de Patrimônio Imaterial. Estiveram presentes na 1ª sessão da Reunião as(os) Senhoras(es) Conselheiras(os): Alessandra Ribeiro, Givânia Silva, Luciana Carvalho, Márcia Chuva, Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá, Izabela Maria Tamaso. Também estiveram presentes Diana Dianovsky (Coordenadora-Geral de Identificação e Registro), Marina Lacerda (Coordenadora de Registro e Revalidação) e Alessandra Lima (Coordenadora-Geral Promoção de Sustentabilidade); as relatoras Kátia Brasilino Michelan (Coordenadora Administrativa substituta do DPI), Amanda Camylla Pereira (Técnica da Coordenação de Apoio aos Bens Registrados) e Sabrina Silva (Técnica na Coordenação de Registro e Revalidação); convidados das equipes do Departamento de Patrimônio Imaterial, demais Departamentos e das Superintendências do Iphan no Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. **ITEM 1. INFORMES:** A Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, iniciou informando que ainda não houve a construção do calendário das reuniões da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial para o ano que vem, e que entrará em contato com os conselheiros em outra oportunidade. Informou que o diretor Deyvesson Gusmão estava em outra agenda e, portanto, não presidiria a reunião no período da manhã. Após isso, propôs inversões na pauta, sugerindo que os itens referentes às revalidações fossem colocadas no início da tarde e não mais no final da tarde e que os itens referentes aos processos de arquivamento, fossem para o final da tarde. A proposta foi aprovada por todos os presentes. Todavia, novas inversões de pauta ocorreram no decorrer do dia, devido a melhor aproveitamento do tempo, como pode ser observado na sequência que se apresenta abaixo. **ITEM 2. PROCESSOS DE REGISTRO. ITEM 2.1. Solicitação de Registro da Pesca Artesanal de Cáceres/MT:** A analista **Kátia Michelan** iniciou a apresentação contextualizando o trâmite da solicitação de Registro e de construção da Nota Técnica nº 12/2024/CORER/CGIR/DPI (5700536), destacando que o pedido foi realizado por entidade composta por pescadores e pescadoras e outros parceiros. Foram realizadas ações de esclarecimento, pela superintendência do Iphan no Mato Grosso, sobre a política e solicitação de informações complementares. A Nota Técnica nº 110/2021/DIVTEC IPHAN-MT/IPHAN-MT (2712711), elaborada pelo técnico da superintendência, Francimário Vito dos Santos, também relatou o processo e foi favorável à pertinência do pedido e encaminhamento para o DPI que, após análise do processo na mencionada Nota Técnica nº 12/2024, o submeteu à apreciação da Câmara. A pesca em questão ocorre na região pantaneira, sendo a pesca artesanal no Rio Paraguai praticada em modalidades diferentes, como a pesca em barranco e pesca embarcada em canoa. O período da pesca estende-se entre fevereiro e setembro, sendo acompanhada pela sazonalidade das moradias. Diferentemente da pesca em alto mar em que há uma predominância quase que exclusiva de homens, na pesca artesanal de Cáceres, as mulheres são numericamente atuantes na prática cultural e um símbolo dessa pesca é a canoa de um pau só, o qual já apresenta dificuldades na produção devido ao acesso à madeira. Há também uma relação entre os pescadores e a prática do Cururu. Acerca dos critérios de pertinência, a continuidade histórica se ancora na miscigenação de indígenas, povos escravizados e colonizadores empobrecidos, tendo pelo menos 120 anos de existência com o uso de elementos apresentados na descrição do bem cultural, a

saber: “a relação pescador, água e peixe se faz com um conjunto de objetos como os barracos, os tabuados, o anzol de galho, a canoa de um pau só, a canoa de tábua, a pinda de mão, pendura, pendurinha e o pendurão”; a relevância nacional está relacionada ao tipo de pesca artesanal que é específico do bioma do Pantanal; a referência cultural para os grupos formadores da sociedade brasileira está vinculada aos grupos responsáveis pela ocupação pantaneira, sendo que há interesse da comunidade detentora em ter a sua prática cultural reconhecida como patrimônio e a Pesca Artesanal de Cáceres apresenta aderência ao Livro de Registro dos saberes. Conforme a analista **Kátia Michelan**, há dois pontos a serem considerados: 1) a expansão da abrangência da prática cultural para outras localidades, dentro do bioma do Pantanal, para além de Cáceres, tendo como referências o rio Paraguai e os municípios de Cáceres/MT e Corumbá/MS, para tanto é preciso envolver também a superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul; e 2) a ênfase do pedido é inicialmente colocada na pesca, mas deve-se considerar o ofício como central, tendo em vista o desejo de valorização do trabalho dos detentores. Por fim, a analista **Kátia Michelan** trouxe quatro questionamentos, para a equipe responsável pela elaboração do Dossiê de Registro, caso a pertinência seja aprovada: 1. Qual a formação histórica do bem e quais sentidos o bem cultural foi ganhando ao longo do tempo?; 2. Quais são as comunidades envolvidas e a abrangência territorial da pesca artesanal pantaneira?; 3. Quais os riscos para a continuidade do bem cultural? e 4. Quais os impactos do turismo pesqueiro para a pesca artesanal no Pantanal? Após essa explanação, a Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, passou a palavra para a conselheira Luciana Carvalho responsável por comentar o processo. A **Conselheira Luciana Carvalho** destacou que, em termos estratégicos para a política, talvez o reconhecimento do ofício não seria o ideal, já que a pesca artesanal está ameaçada em todo país. Ressaltou a fala de um detentor, no processo, revelando dificuldades com órgãos e legislações ambientais, e a necessidade de difusão do bem e de sua característica cultural. **Luciana Carvalho** destacou que essas falas ilustram o que ocorre com a pesca artesanal em outros biomas como a Amazônia. Pontuou que a criação da Comissão de Registro de Saberes dos Pescadores e das Pescadoras Tradicionais Artesanais de Cáceres é um forte indício da consciência da comunidade quanto ao valor patrimonial do bem cultural. Para ela, é uma Comissão que atua muito próximo aos pescadores e tem boa capilaridade e relações com órgãos locais. A conselheira afirmou acreditar que o processo em tela poderá ser muito inspirador para outras comunidades no restante do país. Conforme **Luciana Carvalho**, o bem cultural está bem caracterizado e ela acredita que há elementos suficientes para o prosseguimento do processo para a fase de instrução técnica. Segundo apontou **Luciana Carvalho**, é interessante notar, também, o domínio e o uso das categorias do patrimônio presentes no processo, o que demonstra uma boa conexão com a academia sem deixar de lado o diálogo com a comunidade detentora. **Luciana Carvalho** destacou, ainda, o ponto do licenciamento ambiental e as limitações de atuação do Iphan, mas ressaltou que há, no processo da pesca artesanal de Cáceres, um caso interessante, pois o bem cultural refere-se a um bioma muito pressionado, uma das últimas fronteiras agrícolas do país. Ela chamou a atenção para o fato de que a comunidade, já nesta etapa do processo, acionou o Ministério Público, apontando a capacidade de mobilização da comunidade. Além disso, considerou que a superintendência do Iphan no Mato Grosso foi um pouco rigorosa ao pedir tantas complementações de informações para a comunidade e em buscar esclarecer demasiadamente os limites da atuação do Iphan em casos de licenciamento ambiental, bem como a superintendência teria exagerado na argumentação de que o proponente deve se manter consciente de sua responsabilidade acerca do processo de Registro, mesmo após o reconhecimento. A conselheira destacou que a questão de reconhecimento do ofício ou da pesca em si deve ser discutida no âmbito da pesquisa, do mesmo modo que a sua abrangência, sendo inclusive necessário se pensar no âmbito nacional, apesar das singularidades de cada pesca artesanal, tendo feito um paralelo com os sistemas agrícolas tradicionais, entendendo a pesca também como um sistema. **Luciana Carvalho** finalizou votando pela aprovação do prosseguimento do processo. O **Conselheiro Joaquim Kaxinawá**, também comentarista do processo, tomou a palavra, elogiando a analista Kátia Michelan e a conselheira Luciana Carvalho. Em seguida, destacou a situação ambiental, apontando que o Registro pode trazer um certo controle no campo do meio ambiente. Ressaltou as práticas artesanais, incluindo a pesca, dos povos indígenas e as transformações que vêm ocorrendo nessas práticas em termos de ferramentas e em relação às mudanças climáticas. Apresentou, igualmente, as relações e condições que se estabeleceram com o contato entre os não indígenas e órgãos ambientais, sendo definidos quantidades e estações de pesca. Comentou, ainda, a experiência que teve acesso acerca da formação de agentes ambientais indígenas sobre o manejo tradicional de recursos naturais, mas, ressaltou que, ainda assim, esses povos enfrentam dificuldades em

termos de fazer frente ou negociar sobre as transformações impostas pelos órgãos ambientais, o que se assemelha a problemas enfrentados com a pesca artesanal em questão. A coordenadora de Registro, **Marina Lacerda**, comentou sobre as reuniões de esclarecimentos do Iphan e sobre a ênfase que se deu nas limitações de atuação do Iphan neste processo (ponto anteriormente comentado pela Conselheira Luciana Carvalho), destacando a experiência prévia com o Povo Enawene Nawe, na qual a expectativas de atuação do Iphan no pós registro eram muito altas e que o proponente se afastou do Registro posteriormente, dificultando o diálogo do Iphan com a comunidade, por não haver um interlocutor de referência. Tal experiência seria o motivo que explicaria a preocupação da superintendência do Iphan no Mato Grosso acerca da responsabilidade do proponente. A coordenadora destacou a importância de alinhamento das expectativas para o bom andamento da salvaguarda. A **Conselheira Luciana** destacou que o público da política já possui a consciência de que suas demandas não serão plenamente atendidas e observou que, no campo da cultura e do patrimônio, esses instrumentos são mais uma ferramenta de luta para essas comunidades. A Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, Diana Dianovsky, abriu a palavra para os demais conselheiros. A **Conselheira Givânia Silva** destacou a questão da abrangência, tendo em vista que a categoria de pescadores e pescadoras está presente em todo país, mas ressaltou que a identidade também é definida pelo bioma, dando exemplo de sua vida enquanto proveniente de um bioma seco, a Caatinga. Comentou que esse processo pode agregar demandas de outras comunidades que estão pressionadas em seus territórios. A noção de território, em sua visão, é central para o pensamento dessas práticas e desses processos, pois falam de territórios (e identidades) em disputa. A possibilidade de resguardar bens culturais como a pesca artesanal, para Givânia Silva, é uma oportunidade de proteger os territórios. Corroborou, por fim, com as questões colocadas pela conselheira Luciana Carvalho, que devem ser exploradas na etapa da pesquisa. Em seguida, a **Conselheira Izabela Tamaso** destacou o reconhecimento do Pantanal como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela Unesco e apontou para uma sobreposição de valores patrimoniais reconhecidos, ressaltando que se deve utilizar esta sobreposição a nosso favor, de modo que o reconhecimento de variados bens fortaleça o bem cultural nessa localidade. Segundo ela, práticas relacionadas a bens naturais, que também estão relacionados à crise climática, trata-se de bens fundamentais para refletir dicotomias entre natureza e cultura. Em sua perspectiva, quando se pensa na pesca artesanal de Cáceres, deve-se considerar a relação pescador-peixe-água. A conselheira Alessandra Ribeiro comentou sobre a possibilidade de se pensar em termos de sistemas pesqueiros e pesqueiras artesanais, no sentido de fortalecer essas comunidades. Além disso, propôs pensar a abrangência como Cáceres e adjacências, pois a manutenção do nome Cáceres seria uma forma de manter a identidade do pedido original. Em contrapartida a isso, a **Conselheira Márcia Chuva**, considerou que a ideia de sistemas talvez não caberia para as pessoas. Ressaltou que, no caso dos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs), o termo sistema é institucional e instrumental para a atuação do Iphan, não sendo um termo nativo das comunidades. A Coordenadora Geral de Promoção de Sustentabilidade, **Alessandra Lima**, destacou a experiência com o Fandango Caiçara, no caso da pesca, que no ano passado foi publicado um programa que trouxe dados que dão a dimensão da pesca artesanal no país. Ela apontou que é necessário pensar na articulação com outras políticas públicas. Quanto à questão de sistemas pesqueiros, a coordenadora-geral ressaltou que a ideia de pesca artesanal seria mais adequada, tendo em vista que cada grupo possui características muito específicas. Acerca disso, a **Conselheira Luciana Carvalho** destacou que o termo pesca artesanal está presente no arcabouço jurídico mais amplo facilitando a articulação de políticas públicas e outros atores. Apontou, também, o uso recente da Bioeconomia como aglutinador também de políticas e atuações institucionais. Após esses posicionamentos, a Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky** passou, então, à votação. <u>As Conselheiras(os) deliberaram unanimemente pela pertinência para instrução da Solicitação de Registro da Pesca Artesanal de Cáceres, recomendando que, na pesquisa, se discuta sobre os saberes da pesca artesanal bem como do ofício de pescador e pescadora no Pantanal, e que se tenha como referência a abrangência territorial entre Cáceres e Corumbá e que sejam discutidas, na fase de instrução, possíveis ampliações.</u> Por fim, **Diana Dianovsky** comentou que todos os encaminhamentos, além do voto, seriam juntados à discussão durante a instrução. Por conta do avanço do horário e do tempo necessário para a discussão de processos de pertinência, a Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, propôs uma inversão de pauta com a discussão de dois processos com indicação de arquivamento ainda na primeira sessão do dia, assim, sugeriu que o processo de pertinência ficasse para o começo da segunda sessão do dia. O que foi aceito sem ressalvas pelos (as) conselheiros (as). **ITEM 2.2. Solicitação de Registro da Festa Nacional das Culturas**

Diversificadas – FENADI: A Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, passou a palavra para a técnica Sabrina Silva para apresentação da a Nota Técnica nº 19/2022/COREG/CGIR/DPI (3653112). A técnica **Sabrina Silva** iniciou apresentado o contexto do processo, esclarecendo que houve pressão institucional, à época, para que a Nota Técnica fosse elaborada num tempo muito curto, sendo assim não houve tempo para se fazer ações de diálogo com a comunidade. O pedido foi realizado em 23 de setembro de 2021, pela União das Etnias de Ijuí/RS. A Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI) refere-se a expressões folclóricas, culturais e culinárias que ocorrem uma vez ao ano no município de Ijuí. A justificativa para o Registro da FENADI como Patrimônio Cultural do Brasil baseou-se em seu valor cultural e étnico, que celebra a diversidade e a convivência dos grupos imigrantes que formaram a sociedade de Ijuí desde o século XIX, preservando tradições culturais, de gastronomia e expressões folclóricas. Como documentação, o processo apresentou uma carta externa, folders e informações consolidadas num texto com o pedido de Registro. A Festa (FENADI) celebra a diversidade étnica e remonta ao final do século XIX com a imigração europeia, porém engloba a diversidade com presença das comunidades: italiana, alemã, polonesa, africana, holandesa, letã, austríaca, portuguesa, árabe, sueca, espanhola e japonesa. Além disso, o evento é considerado um importante atrativo turístico e econômico para a região noroeste do Rio Grande do Sul, promovendo a cultura local e incentivando o desenvolvimento econômico e o empreendedorismo na cidade. Com relação aos critérios de reconhecimento e a pertinência do pedido, a técnica **Sabrina Silva** descreveu que a festa foi criada há 34 anos (década de 1980), não atingindo o critério de 75 anos e, portanto, não possui continuidade histórica. A relevância nacional não é observada de maneira evidente com práticas enraizadas na vida cotidiana. Segundo a técnica, não é possível compreender se há uma comunidade relacionada ao bem cultural a partir dos dados apresentados. Assim, há pouca clareza quanto a quem seria a comunidade detentora. As manifestações culturais apresentadas na documentação são vistas como tradições do passado, ou seja, mais como memória afetiva do que cultural dinâmica e viva. **Sabrina Silva** chamou atenção para o fato de que a Nota Técnica elaborada por ela reconhece o valor cultural, social e econômico para a região da Festa, e que a FENADI, em certo ponto, contesta o mito das 3 raças e demonstra uma diversidade étnica, mas isso por si só não é suficiente para caracterizar os valores patrimoniais da Festa. Observou, por fim, que há um caráter folclorizante e a Festa rememora de forma teatral a memória cultural do passado, sem que remeta a práticas cotidianas atuais. A **Conselheira Márcia Chuva**, comentarista do processo, concordou com a Nota Técnica, destacando que ela é bem elucidativa. Em seguida destacou alguns pontos que o Iphan precisa lidar melhor, primeiro: o turismo muito colocado com a questão do patrimônio, alegando ser evidente que a FENADI se trata de um evento voltado para o turismo, com perspectiva empreendedora, sem ênfase nas práticas culturais cotidianas. Ressaltou que os detentores não são identificados. Observou que a FENADI está dentro de um calendário turístico e deve haver um cuidado com o interesse patrimonial para capitalizar o turismo. Pontuou, assim, que a questão da memória nostálgica e a perspectiva de folclore estão distantes das abordagens patrimoniais, bem como a FENADI também não se assemelha a ideia de cultura popular. A conselheira chamou a atenção, em segundo lugar, para o critério objetivo dos 75 anos, tendo a FENADI apenas 34 anos, e salientou que o DPI e Câmara Técnica precisam aprofundar no entendimento do que se entende como patrimônio sem precisar recorrer ao argumento geracional da continuidade histórica para se arquivar um pedido de Registro, sobretudo quando há outras razões que justifiquem o arquivamento. Em terceiro lugar, **Márcia Chuva** destacou questões problemáticas do processo, por exemplo, a ideia de etnia relacionada a um Estado ou país. Segundo ela, etnia não é igual a Estado-Nação. Afirmou também que a declaração de Lugar de Memória (possibilidade aventada pela Superintendência do Iphan no RS) está relacionada com o patrimônio material, portanto, não acha que é o caso do encaminhado para essa declaração. A **Conselheira Alessandra Ribeiro** concordou com a posição técnica e com os comentários da conselheira Márcia Chuva. Declarou ser favorável ao arquivamento, mas acha importante a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial definir um momento para discutir posições. Para ela, caberia urgentemente, no calendário das reuniões a Câmara Setorial, destacar um tempo presencial – com previsão de devido tempo de descanso – para um debate sério e aprofundado acerca de critérios para casos parecidos. A **Conselheira Izabela Tamaso** declarou seguir o parecer das colegas conselheiras que falaram anteriormente e pontuou que queria pensar na complexidade do caso para refletir acerca de outras questões como: o fato desse tipo de processo chegar ao Iphan, ou seja, é preciso analisar, segundo a conselheira, que o que as pessoas têm entendido que é patrimônio não é o mesmo que a posição técnica entende. Destacou que a Nota Técnica da superintendência foi favorável em se pensar na caracterização

de lugar de memória, todavia, a conselheira entende que bens imateriais são processos e não produtos. Segundo **Izabela Tamaso**, outro ponto a se pensar é que uma prática de natureza imaterial é algo que tem uma continuidade, se se pensa no caso de feiras já reconhecidas, elas são práticas contínuas que não ocorrem uma vez ao ano. Assim, a FENADI é muito diferente do mercado Ver-o-Peso ou a Feira de Caruaru. Por outro lado, se o valor está na diversidade das etnias, a Feira parece mais como uma espetacularização de uma ideia de diversidade da sociedade brasileira do que com a promoção dessa diversidade para além da exposição. A conselheira entendeu, ainda, que parece que o bem cultural é realizado para expectadores externos e não para a própria comunidade de Ijuí. Após essas explanações, a Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, encaminhou para a votação do arquivamento do processo que foi aprovado por unanimidade. **ITEM 2.3. Solicitação de Registro da Fonte das Lavadeiras (Buraquinho), localizada no distrito de Abrantes, em Camaçari/BA:** A Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky** passou a palavra para Coordenadora de Registro **Marina Lacerda**, que iniciou a apresentação da Nota Técnica nº 12/2022/COREG/CGIR/DPI (3522717) e destacou, de início, que o processo não conta com a anuência da comunidade. Além disso, o fato da comunidade não reconhecer a associação que apresentou o pedido como legítima para a solicitação de Registro ocasionou que, durante visita técnica do Iphan para maiores esclarecimentos junto à comunidade, a servidora em missão tivesse que ser escoltada por policiais militares para saída do local. **Marina Lacerda** apontou que não é necessária a avaliação de mérito do pedido de Registro, pois não é possível fazer um Registro sem consenso na solicitação, ou seja, sem anuência. No mais, se trata de um pedido que foca eventos históricos ocorridos no local, ou seja, tem problemas quanto a atualidade do bem cultural na vida cotidiana de um grupo social, característica fundamental para o Registro. A Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, passou a palavra para os (as) conselheiros (as). A **Conselheira Givânia Silva**, comentarista do processo, destacou a questão da divergência entre a comunidade, e que não há um interesse real para justificar o pedido de Registro. Caso haja a adequação de um novo pedido aos critérios da política, este pedido poderá ser de fato analisado, porém para o momento declarou-se favorável ao arquivamento. A **Conselheira Luciana Carvalho** destacou sua concordância com a posição técnica e com a da conselheira Givânia Silva. Após essas faltas, a Coordenadora-Geral de Identificação e Registro, **Diana Dianovsky**, encaminhou para a votação do arquivamento do processo que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, **Diana Dianovsky** realizou o encerramento da primeira sessão da reunião às 12h40, que entrou em recesso para almoço. Às 14h00 do dia 13 de novembro de 2024, a 46ª Reunião da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial foi retomada em sua segunda sessão. Estiveram presentes na segunda sessão da reunião Deyvesson Israel Alves Gusmão (Diretor do DPI) e as(os) Senhoras(es) Conselheiras(os): Alessandra Ribeiro, Givânia Silva, Luciana Carvalho, Márcia Chuva, Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá, Izabela Maria Tamaso. Também estiveram presentes Diana Dianovsky (Coordenadora-Geral de Identificação e Registro), Alessandra Lima (Coordenadora Geral De Promoção de Sustentabilidade), Marina Lacerda (Coordenadora de Registro e Revalidação); as relatoras Kátia Brasilino Michelan (Coordenadora Administrativa substituta do DPI), Amanda Camylla Pereira (Técnica da Coordenação de Apoio aos Bens Registrados) e Sabrina Silva (Técnica na Coordenação de Registro e Revalidação); convidados das equipes do Departamento de Patrimônio Imaterial, demais Departamentos e Superintendências do Iphan na Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Tocantins. **ITEM 2.4. Solicitação de Registro das Gameleiras Sagradas na Praça Tiradentes, em Curitiba/PR:** No período da tarde, **Deyvesson Gusmão**, diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), presidiu a reunião passando a palavra para técnica Sabrina Silva. A técnica iniciou a apresentação da Nota Técnica nº 13/2024/CORER/CGIR/DPI (5737634) relativa ao processo em tela, aberto em 25 de maio de 2016, solicitado pela equipe do projeto "Lugares de Axé: inventário dos terreiros de candomblé de Curitiba e região metropolitana". Entretanto, foi necessário um ajuste para a requisição ser feita por uma entidade legítima, que foi o Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana. O pedido de Registro, chamou a atenção **Sabrina Silva**, busca pela preservação de práticas do candomblé no sul do país. As gameleiras são entendidas como um local sagrado (morada dos Irokos), onde acontecem vários rituais e estão ligadas ao orixá Iroko. Na reunião da Câmara setorial em 18 novembro de 2021, por meio de plataforma virtual, o processo foi arquivado num contexto em que a gestão do Iphan não trazia uma discussão aprofundada e não havia um esforço para que os conselheiros lessem os processos. Nesse sentido, muitas questões não foram aprofundadas, e o que justificou o arquivamento desse processo foi o critério de continuidade histórica. Todavia, **Sabrina Silva** destacou que se deve levar em conta que os povos de terreiro não possuem as mesmas possibilidades de

documentação da continuidade histórica que outros grupos e isso deve ser levado em consideração. Após essa contextualização do processo, foi descrito que as gameleiras estão na praça Tiradentes, marco zero de Curitiba, em formato de círculo, e que foram plantadas pela prefeitura. Entretanto, não se sabe quando foram plantadas, embora exista evidências que na década de 1930 ainda não estavam lá, mas as práticas sagradas do candomblé em relação às gameleiras são conhecidas desde a década de 1970. **Sabrina Silva** mostrou, em seguida, fotos da Praça Tiradentes e das gameleiras. Com relação aos critérios da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, a técnica ressaltou que a sacralização das gameleiras tem aproximadamente 50 anos e propôs que seja feita uma análise mais flexível tendo em vista as noções de geração no campo das religiões de matriz africana. Quanto à relevância nacional, foi pontuado que as Gameleiras Sagradas integram uma rede de lugares sagrados similares pelo Brasil, evidenciando a importância de Curitiba no contexto das religiões afro-brasileiras. Como Referência cultural para grupos formadores da sociedade brasileira, **Sabrina Silva** defendeu que as Gameleiras Sagradas têm valor simbólico profundo para comunidades de matriz africana em Curitiba, representando um vínculo espiritual com o orixá Iroko de membros do Candomblé e da Umbanda. Quanto à aderência ao Livro de Registro dos Lugares, o bem cultural demonstra adequação à categoria inclusa no Livro em tela, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. A técnica do DPI destacou, ainda, que o reconhecimento do bem cultural pode contribuir, com a preservação de práticas ancestrais, no combate ao racismo religioso e no reconhecimento das contribuições da cultura de matriz africana no campo cultural brasileiro. Segundo ela, as gameleiras e os sítios arqueológicos no centro da cidade são sinais de que os povos negros estavam presentes em Curitiba. Desse modo, as recomendações colocadas pela técnica se referem à manutenção da categoria de lugar, o estabelecimento de parceria com a prefeitura de Curitiba, o fortalecimento da colaboração com o Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana para assegurar a participação das comunidades de terreiro para orientar a pesquisa segundo suas necessidades e perspectivas. A técnica realizou ainda duas considerações: quanto à ampliação do escopo da pesquisa, de modo que permita tomar conhecimento e comparar práticas e significados das Gameleiras em diferentes regiões; e quanto à inclusão de toda a Praça Tiradentes no Registro, valorizando o espaço integralmente e reforçando o seu papel como símbolo cultural e espiritual para a comunidade de matriz africana de Curitiba. Após a explanação da técnica Sabrina Silva, o diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão**, passou a palavra para **Conselheira Givânia Silva**, comentarista do processo, que iniciou sua fala com uma poesia composta pelo pensador e liderança reconhecida Antônio Bispo. Em seguida a conselheira pontuou que a Gameleira é um símbolo, pois o significado vai para além dele. Para ela, quando se olha o arquivamento realizado pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial (CSPI), não se trata somente da leitura da súmula resumida ou da falta de tempo para ler a Nota Técnica, mas é preciso evidenciar que havia uma orientação do poder Executivo para que qualquer pauta que tivesse relação com mulheres, negros e indígenas fossem descartadas. Relembrou que a gestão passada foi uma época marcada pelo discurso de ódio no Brasil, por diversas autoridades, sobretudo do Presidente da República. A conselheira ressaltou que era uma orientação política, que essa mesma postura era observada no Conselho Nacional de Educação. Outra questão importante, segundo ela, é que o processo tem que pensar os bens como política pública levando em conta o território, que nesse caso é a praça, onde estão as gameleiras. Para **Givânia Silva**, fala-se gameleiras, mas o que está se falando é em combate ao racismo e a práticas antirracistas e, principalmente, o que está em pauta é a defesa do território. Chamou a atenção, ainda, para o significado das gameleiras para as religiões de matriz africana. Segundo ela, o que está por trás de tudo é um tema que este Conselho vem enfrentando: a luta e a resistência contra o apagamento do pertencimento de determinados povos. Dessa forma, as práticas e as gameleiras são indissociáveis, de modo que as gameleiras só têm sentido por meio das práticas, do mesmo modo que as práticas só serão possíveis por meio da preservação do território. Nesse sentido, deve-se levar em conta o trio como indissociável: as Gameleiras Sagradas, as práticas religiosas e o território. Para a conselheira, o Iphan deve pensar como seria esse recorte e como deveria prosseguir o processo considerando o trio. Por fim, acerca da história dos 75 anos, a conselheira apontou como é interessante pensar que é uma norma, mas que já vimos tanta prática cultural com mais de 100 anos se desmanchar de uma hora para outra. Dito isso, já antecipou que o seu voto é pela continuidade do processo e ressaltou que é importante pensar que as plantas, como as pessoas, são passagens. Por conta isso, questionou se há novos plantios ou mudas para o caso de falta, pois em algum momento essas plantas encerram seu ciclo de vida. Chamou atenção, por fim, para o fato de que as coisas que saem do Conselho Consultivo do Iphan precisam ter uma linguagem

mais acessível para as pessoas terem mais conhecimento sobre o que se decide aqui. Narrou a sua experiência como professora primária e descreveu que pensou como seria importante que os alunos tivessem acesso às informações do que se discute no Conselho Consultivo e que não estão nos livros didáticos. O diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão**, agradeceu a contribuição da conselheira e pontuou sobre alguns pontos comentados pela conselheira como da relação entre o lugar e prática e sempre que se fala em bem cultural, a gente fala de poder público, contexto do lugar, assim, muitas representações se sentam à mesa de negociação, muitos encaminhamentos são negociados em torno das expectativas dos detentores para a garantia de direitos. Esse processo, diz sobre a garantia de direitos dos detentores em relação a prática e, por conta disso, a categoria de lugar seria mais adequada. **Diana Dianovsky** comentou, mais ou uma vez, que o bem cultural foi reconhecido localmente, e foi que estabelecido que deverá ser feito um plano de salvaguarda articulando vários órgãos locais, inclusive ambientais. **Deyvesson Gusmão** passou a palavras para os demais conselheiros. A **Conselheira Alessandra Ribeiro** chamou atenção para o quanto é custoso sensibilizar o poder público para além do ato religioso, ou seja, em relação ao espaço urbano e ao direito à cidade. Observou, também, que é difícil ver pessoas negras nos espaços públicos de Curitiba, mas quando se vai para a história da cidade se nota a presença de pessoas negras. A conselheira deu o exemplo da primeira engenheira negra que é de Curitiba. Por fim, se colocou favorável ao prosseguimento do processo. A **Conselheira Luciana Carvalho** comentou estar intrigada com dois pontos: primeiro, a questão das 3 gerações, mesmo sabendo as complicações do conceito e que ele deve ser rediscutido, mas sabe que isso é usado para frear alguns processos, e, quanto mais se flexibiliza isso sem discutir, mais complicado fica o uso do critério de continuidade histórica. Além disso, problematizou acerca do que ocorreria com o processo se as gameleiras morressem e pontou se não faria sentido mudar o nome do bem para Praça Tiradentes e as Gameleiras Sagradas. Perguntou acerca das implicações urbanísticas decorrentes da necessidade de cortar árvores, bastante comum em centros urbanos, e a relação da sacralidade das gameleiras. Por fim, mais uma vez, aventou que talvez fosse melhor registar a Praça Tiradentes junto com as gameleiras e não só as gameleiras. O **Conselheiro Joaquim Kaxinawá** comentou sobre um espaço existente no Acre, a Praça da Gameleira, que possui há muito tempo práticas sagradas e rituais. É um espaço tradicional. O conselheiro lembrou que vários povos, igualmente, possuem referências em suas árvores sagradas. Apresentou uma dúvida acerca da diferença entre o Candomblé e a Umbanda. A dúvida que foi respondida pelos presentes como sendo práticas religiosas diferentes. Em seguida, **Diana Dianovsky** respondeu para a conselheira Luciana Carvalho, que o reconhecimento da Praça Tiradentes tira a característica de religiosidade do pedido, porque o que se quer reconhecer é um espaço de prática religiosa e cultural. Argumentou, do mesmo modo, que há mudas de gameleiras ao lado das árvores e elas que promoverão a recuperação natural das árvores se essas morrerem. Datada de 1930, há uma foto da Praça Tiradentes, na qual não há gameleiras plantadas. Na década de 1970, se tem conhecimento que ocorreu a sacralização feita por um Afoxé. Nesse espaço de tempo, entre 1930 e 1970, não se tem informação sobre as gameleiras, o que dificulta o estabelecimento do marco temporal dos 75 anos. **Diana Diananovsky** exemplificou acerca de bens culturais que não apresentam o critério de 75 anos por motivos distintos, mas justificáveis quanto à patrimonialização mesmo sem o critério, a saber: a Arte Santeira em madeira do Piauí, Tooro Nagashi e esse bem cultural em questão. No caso da Arte Santeira, o critério de temporalidade geracional entre mestre e aprendiz é melhor do que 25 anos, portanto, o bem cultural possui mais do que 3 gerações, embora não tenha 75 anos. Já o Tooro Nagashi e as Gameleiras Sagradas teriam em comum o fato de há uma lacuna de informação, portanto, não é possível afirmar também, com segurança, que o bem cultural tem menos do que 75 anos, porque há falta de documentação e informação. Ressaltou, ainda, peculiaridade de se ter 5 gameleiras plantadas e em círculo, o que é raro tanto na quantidade quanto na disposição espacial das gameleiras. Todavia, concorda que é fundamental uma discussão sobre continuidade histórica no âmbito da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial. A **Conselheira Marcia Chuva** questionou, do mesmo modo, se não faria mais sentido pensar na Praça Tiradentes, ou seja, no espaço, no lugar ao invés de se pensar nas árvores. **Deyvesson Gusmão** respondeu estar ciente da preocupação da conselheira, mas considerou que isso poderia ser usado contra os proponentes, que querem a proteção das árvores como elemento da religiosidade. Ponderou que haverá outras oportunidades para a discussão sobre qual seria a abrangência do bem cultural, e citou o caso da Feira de Caruaru. Entretanto, deixou explicitado que esse ponto pode ser levado como recomendação para a fase de pesquisa e, se for oportuno, poderá ter um enfoque maior na Praça Tiradentes, para a proteção do espaço em questão. A **Conselheira Izabela Tamaso** pontuou que a questão que não está

pacificada é se o reconhecimento é da Praça Tiradentes ou somente das Gameleiras Sagradas e questionou se as gameleiras estão relacionadas com a prática e com a Praça Tiradentes. A **Conselheira Alessandra Ribeiro**, em resposta a Izabela Tamaso, esclareceu que as gameleiras são ponto de conexão, no âmbito da religiosidade. Além disso, o lugar em que o orixá autoriza sacralizar uma gameleira é um local que não é escolhido por nós, mas pela ancestralidade. É autorização do orixá e mesmo que a gameleira não exista mais, o local continua sacralizado. A **Conselheira Izabela Tamaso**, então, ponderou que, se independente da gameleira, o local continua sagrado, tem se pensar a função do Registro, pois o Registro diz respeito a coisas mortais, ao patrimônio vivo. **Deyvesson Gusmão** comentou que realmente a questão é menos sobre as gameleiras e seus ciclos de vida, e mais se o local possui e possuirá ainda o sentido para sua comunidade detentora. Inclusive sendo possível ocorrer de o significado se esvair com o tempo ainda que com a presença das gameleiras. Concordou que deve ser feito um seminário no sentido de se discutir as questões sobre a continuidade histórica e como os critérios de patrimonialização têm sido utilizados. Ainda assim, essas questões podem ser mais bem esclarecidas na etapa de pesquisa e a sugestão de encaminhamento, que conste em Ata, de que esta questão seja trabalhada, com a mediação antropológica, na pesquisa. A coordenadora geral de promoção de sustentabilidade, **Alessandra Lima**, além de outros exemplos, lembrou do caso da pedra de Xangô, tombada pelo governo da Bahia. Sendo a pedra um espaço aglutinador e uma teia para as comunidades de terreiro da Bahia. Segundo ela, é preciso ter em mente que outras experiências, como essa da pedra de Xangô, podem ajudar a pensar este Registro, pois são experiências acerca de bens culturais com características parecidas com as das gameleiras sagradas. **Deyvesson Gusmão** passou, então, à votação. As(os) Conselheiras(os) deliberaram unanimemente pela pertinência para instrução da Solicitação de Registro das Gameleiras Sagradas na Praça Tiradentes, em Curitiba/PR. **Deyvesson Gusmão** comentou, por fim, que todos os encaminhamentos, além do voto, seriam juntados à discussão durante a instrução. **ITEM 3. PROCESSOS DE REAVALIAÇÃO DE BEM PARA REVALIDAÇÃO DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL. ITEM 3.1. Reavaliação da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty/RJ: Deyvesson Gusmão** deu continuidade à reunião, passando a palavra ao ténico Rodrigo Ramassote. O técnico do DPI **Rodrigo Ramassote** explicou que o processo foi analisado no Parecer Técnico nº 2/2024/ETCV-RJ/IPHAN-RJ (5510333), e que seria apresentado à Câmara por meio da leitura da súmula que segue transcrita: "Não há salvo melhor juízo, nenhum risco à reprodução sociocultural e à continuidade histórica do bem cultural Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty/RJ. Promovida pela Paróquia local, apoiada pelo poder público municipal e contando com o comprometimento da comissão da festa na manutenção e salvaguarda do bem cultural, a Festa do Divino Espírito Santo permanece exercendo um papel de destaque na sociabilidade festiva; nas atividades lúdicas e musicais; nas práticas e representações devocionais; na identidade sociocultural e a memória coletiva de grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a sua dinâmica de produção e reprodução. O Parecer de Reavaliação revisita uma série de questões concernentes às transformações pelas quais a celebração passou desde o momento da titulação, indicando, na parte final do texto, um conjunto de possíveis ações em favor da salvaguarda do bem cultural. Nesta súmula, destacaremos quatro pontos principais. São eles: a) modificações relativas à Casa do Festeiro; b) as relações de detentores da festa do Divino com membros do fandango caiçara; c) os efeitos da progressiva ampliação da festa, cada vez mais afetada pelo afluxo de um público maior; d) as recomendações de salvaguarda presentes nas páginas finais do documento indica que, na geografia da festa, para além da Casa do Festeiro, da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios e da Praça da Matriz, a Casa Paroquial tornou-se um lugar de referência central para a dinâmica da celebração. É em seu interior que se preparam os doces para venda ao longo do ano e a comida para o Almoço do Divino no último sábado do festejo. Atualmente, a área localizada na frente da Casa Paroquial abriga o Império do Divino, onde são expostas as insígnias imperiais (coroa, cetro e salva) e as bandeiras. Os festeiros entrevistados destacam a honra de receber o trono do Divino, que é instalado na sala principal de suas casas particulares, com um dossel de madeira pintada abrigando o altar, adornado com as insígnias e candelabros. Uma fita de cetim vermelho é presa à salva para que o povo possa beijar a coroa do imperador. A mudança do Império do Divino da casa do festeiro para a Casa Paroquial foi atribuída pelos detentores ao aumento progressivo de participantes na celebração. Há que se considerar, contudo, que receber a bandeira e o Império do Divino em casa se alinha com as expectativas que nutrem o festeiro e sua família pela graça do Divino, ao oferecer o sacrifício pela organização da Festa. Em geral, da Casa do Festeiro partiam todas as ações da Festa, em especial a distribuição de comida aos pobres, o bando precatório, a distribuição de doces pelo imperador e a saída das bandeiras para as procissões durante os

dez dias da Festa. Diante de tal mudança, o documento recomenda que o Coletivo de Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty avalie a pertinência da mudança do local do Império do Divino e ofereça aos festeiros a possibilidade de escolher se desejam receber o Império em suas casas, como era tradicionalmente feito. Caso o festeiro não resida próximo ao centro histórico, uma alternativa possível é que os membros mais jovens da Comissão da Festa iniciem o cortejo na casa dos festeiros e depois encontrem os membros mais idosos em outro local de referência, para juntos completarem o cortejo até a Igreja Matriz. Um segundo ponto que merece destaque diz respeito às relações entre a ciranda caiçara e a Folia do Divino. De um modo geral, o cirandeiro e o folião do Divino em Paraty são a mesma pessoa. Grandes mestres da ciranda caiçara, como seu 'Ditinho canoeiro', ou 'Ditinho cirandeiro', foram exímios mestres da Folia do Divino. Nos anos recentes, em função do interesse e da circulação de jovens músicos paratienses entre grupos de fandango caiçara da região litorânea de do estado de São Paulo, a rabeca foi reincorporada à Folia de Divino, fato considerado pelo parecer como bastante positivo para a renovação e a transmissão dos saberes associados à Festa. Outro ponto importante discutido pelo documento diz respeito ao progressivo aumento anual do número de participantes, sejam eles fiéis e devotos, sejam turistas e observadores que acorrem ao festejo. Embora o crescimento de participantes tenha efeitos positivos para a dinâmica econômica local, as consequências desse afluxo podem vir a afetar a celebração nos anos vindouros - por meio da espetacularização da celebração, da dificuldade de acesso e circulação pelas cidades durante os pontos altos do festejo, dificuldades para se angariar doações para a realização do festejo. Como se sabe, a generosidade e a fartura são dois dos fundamentos da Festa do Divino. Mas, o que fazer quando a festa assume uma magnitude que excede à comunidade local? Como compatibilizar a contribuição dos devotos para a realização de uma festa que atrai, a cada ano, mais frequentadores, com a distribuição de alimentos e a manutenção da fartura? Como equilibrar a demanda de visitantes que afluem durante o festejo com os recursos disponíveis? Segundo o documento, os festeiros do ano corrente relataram que atualmente tem havido uma dificuldade maior de se conseguir voluntários para assumir a responsabilidade pela Festa, por conta do aumento da sua complexidade e da quantidade cada vez maior de recursos financeiros necessários. Um exemplo do "agigantamento" da celebração é o almoço do Divino, que à época do Dossiê servia cerca de 4 mil refeições; enquanto a quantidade hoje servida é da ordem de 6 mil pratos de comida. Segundo depoimento de Paula Fabricante Nascimento, atual gestora na Secretaria Municipal de Cultura, a decisão de alguns devotos de não seguir a missa do domingo de manhã de Pentecostes, quando são distribuídas lembranças do festejo aos devotos, deve-se ao tumulto gerado. Ainda sobre o assunto, mas no tocante à programação cultural da Festa, o documento propõe que a contratação de artistas para os shows que ocorrem durante a celebração valorize os artistas e a cultura local. Como medida para mitigar o progressivo processo de espetacularização por que passa a festa, o documento sugere a criação de um Centro de Referência da Festa do Divino, espaço que reuniria documentos e registros de memória sobre a Festa, além de objetos pessoais que seriam doados ao acervo, com a perspectiva de promover exposições, ações educativas com o público escolar, além de fomentar encontros de formação como oficinas e outras práticas de convivência para troca de saberes. Para a consecução der tal iniciativa, a Paróquia já teria doado um espaço anexo à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios para esse fim. No ano de 2014, a Prefeitura de Paraty foi contemplada por um edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) para a criação do Centro, mas, devido a problemas administrativos, o recurso financeiro não foi disponibilizado. Em 2020, houve nova tentativa para compra e posterior cessão de equipamentos para implementação do Centro por parte da Superintendência do IPHAN-RJ, mas não foi possível dar continuidade ao processo igualmente em razão de problemas administrativos. Por fim, o documento aponta um conjunto mais amplo de ações de apoio e fomento que podem ser eventualmente incorporadas ao Plano de Salvaguarda. Eixo Difusão e Valorização - Recentemente, por iniciativa de um grupo de jovens tomou a iniciativa de pegar uma bandeira e visitar as comunidades rurais de Tarituba, Ponta Grossa, São Gonçalo e uma comunidade costeira. A iniciativa causou comoção e mobilizou as pessoas residentes dos locais indicados. Propõe-se entre o Domingo de Páscoa, quando o mastro é erguido, até a sexta-feira da Festa, a Folia percorra as comunidades rurais e costeiras ao menos aos finais de semana, como uma possibilidade de revisitar essa prática de fé de antigos foliões que interliga o centro histórico a outras regiões de Paraty. Eixo Produção e Reprodução Cultural - Com o reconhecimento patrimonial da Festa do Divino e do Fandango Caiçara, os foliões puderam estabelecer contato com outras folias ativas no litoral de São Paulo e do Paraná e, por isso, entendem que a promoção de um encontro de Folias do Divino seria uma ocasião bastante profícua para a troca de saberes e o fortalecimento do bem cultural. Como forma de valorizar a performance dos

bonecos folclóricos na Festa, oficinas foram realizadas com a finalidade de recriar os versos em torno da "repartição do boi", como ocorria antigamente na Festa, segundo relatos de detentores e um antigo registro audiovisual. Esse projeto de oficinas viabilizado pelo SESC – organização que tem se apresentado como importante parceiro na salvaguarda –, foi realizado entre os meses de abril a novembro de 2024, possuindo ainda o objetivo de confeccionar novos bonecos com os mestres Jubileu e Biba. A reinserção dos versos na performance do boi irá trazer mais dinamismo e espaço para os bonecos folclóricos na Festa. Uma possibilidade é que a Folia participe desse momento, evocando nos versos as imagens da distribuição da carne que aconteceu no sábado de manhã. Enquanto o almoço é servido, as crianças correriam atrás dos bonecos e do boi; é como se brincassem com o boi que irá ser abatido e, depois, distribuído na Festa, dando a oportunidade que todos vivenciem a solidariedade que sustenta e conduz os ritos festivos. Eixo Mobilização Social e Alcance da Política - A exemplo do "Manual do Festeiro", publicação de autoria de Diuner Mello que contém as impressões do autor quando foi festeiro e cujo conteúdo foi bastante utilizado na elaboração do Dossiê de Registro, recomendamos que, a cada Comissão formada para a Festa, os festeiros também possam registrar suas memórias e percepções em torno da celebração. Esta iniciativa se coaduna com a proposta, descrita no Plano de Salvaguarda, de promover Oficinas/Encontros anuais com os técnicos da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, os Festeiros e a Comissão da Festa, para tratar de assuntos ligados a temas relativos à política de patrimônio imaterial e à Festa do Divino local. Estes encontros poderão promover a integração entre os diversos grupos que compõem a Festa e a sua Comissão. Além disso, sugere-se a realização de atividades de intercâmbio com detentores da Festa do Divino de Pirenópolis. Em especial, discussões sobre os desafios envolvidos nos respectivos processos de salvaguarda podem ser bastante proveitosa para os devotos do Divino de Paraty. Ainda no eixo em tela, sugerimos que se proceda a uma articulação com a Secretaria do Artesanato e do Microempreendedor Individual, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, para negociar a inclusão dos saberes manuais relacionados à celebração – como a confecção de flor de papel crepom, na base conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro. Por fim, sugere-se a integração das políticas de salvaguarda com outras iniciativas que vêm sendo implementadas no município, como a que integra Paraty e Ilha Grande como sítio misto do patrimônio mundial, de modo a incentivar a participação membros do Coletivo de Salvaguarda da Festa do Divino do comitê gestor do sítio misto. Eixo Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda - Levando-se em conta que a Gincana do Divino é um dos "chamarizes" para participação dos jovens na Festa, recomenda-se que o Coletivo da Festa elabore a programação do evento de maneira a estimular a participação de detentores na Festa, convidando-os a assumir tarefas de organização". Ao terminar a leitura, o técnico **Rodrigo Ramassote** chamou a atenção para a dinâmica da Festa com a cidade, sendo uma festa comunitária que passou a agregar turistas, em grande número, sendo essa a grande preocupação dos detentores. Apontou também que a comissão da Festa é bastante atuante, não havendo problema em relação a isso e que a Festa, nos próximos 10 anos, deve ser conduzida tendo em vista o diagnóstico feito na revalidação. Após essa explanação, **Deyvesson Gusmão** passou a palavra para a conselheira Alessandra Ribeiro. A **Conselheira Alessandra Ribeiro** observou a necessidade de uma reavaliação para uma revalidação, bem como que os Planos de Salvaguarda nem sempre estão construídos no seu momento de revalidação, devido à limitação de esforços para uma mobilização adequada. Ponderou acerca da dicotomia entre a alegria da festa e o medo constante de se perder tradições. Para a conselheira, seria importante perguntar a comunidade se ela quer que a Festa entre no calendário de Festas oficiais do Rio de Janeiro, assim como a Flip consta no calendário oficial da cidade de Paraty, conforme ela teve informação. Isso porque, deve-se pensar qual seria o impacto do público que vem de fora com uma divulgação ainda maior da Festa. **Rodrigo Ramassote** fez uma pequena complementação, mencionando que a amplitude da Festa é uma tendência mais geral que outras festas também passam, por exemplo, a Festa do divino de Pirenópolis. Relembrou, igualmente, que todos os pareceres de revalidação relacionados a festas trazem essas questões. Portanto, é uma problemática que está no radar no Iphan, sendo uma preocupação institucional como não impor limites, mas também pensar formas para que as festas não percam seus sentidos. **Diana Dianovsky** relembrou que a comparação com a Flip, era uma preocupação da comunidade desde a época do Registro, e que os moradores sempre demarcaram que a Festa era da população local e que os moradores não gostavam que os turistas fossem na Festa do Divino. A **Conselheira Izabela Tamaso** mencionou que esse processo de reavaliação poderia trazer mais imagens. A conselheira descreveu momentos da Festa, destacando momentos em que podem ter tensões, como o almoço na casa paroquial pela quantidade de pessoas. Acerca das imagens, a conselheira argumentou,

ainda, que as fotos poderiam mostrar os deslocamentos da época do Registro até o momento da revalidação, demonstrando as mudanças e transformações: o que se perde e o que se ganha durante os 10 anos que separam essas etapas. Para a conselheira, seria importante documentar os imprevistos advindos de uma maior divulgação da Festa, como o aumento no número de pessoas comparecendo à cidade e entrando nas casas dos moradores, pois a Festa tem a característica de envolver as casas dos moradores. Por fim, posicionou-se favoravelmente à revalidação. O técnico **Rodrigo Ramassote** comentou que tem se pensando, no âmbito do Iphan, em fazer se um prêmio de fotografias etnográficas, o que não ocorreu ainda por falta de recursos. Mas a ideia seria premiar um lote de fotos que retratem as transformações das manifestações culturais em fase de revalidação. Para tanto, uma premiação seria adequada, com indicações do que seria premiado. O técnico ponderou que talvez para o próximo ano seja possível fazer uma premiação de fotos de bens em revalidação. O diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão**, mencionou que hoje existem 57 bens registrados. Todavia, há, por diversos motivos, um número aquém de planos de salvaguarda diante do número de bens reconhecidos. Uma justificativa, para isso, é a ampla abrangência de alguns bens culturais como o caso do ofício do mestre de capoeira. Mas o diretor acredita que é preciso priorizar o fomento de ações que estejam presentes em plano de salvaguarda, até para incentivar que os planos de salvaguarda saiam. Todavia, o plano de salvaguarda deve ser feito em busca da sustentabilidade do bem cultural. O diretor argumentou que o modelo de salvaguarda atual, em função do número de bens reconhecidos, pode se tornar insustentável. Para evitar isso, é preciso que o Iphan não seja o único fomentador, mas que haja sustentabilidade locais. O diretor apresentou, ainda, que para o ano que vem, tem-se a previsão de mais 20 planos de salvaguarda publicados, incluindo o da Festa do Divino em Paraty. Avaliou que não tem plano de salvaguarda perfeito, mas ele pode ser revisitado e revisado. Entretanto, o compromisso do DPI é o de aprimorar a apresentação desses processos. Acerca da documentação imagética, **Deyvesson Gusmão** ponderou que, se houver o condicionamento da realização de um vídeo e de novas fotografias para ocorrer a revalidação, isso poderá emperrar ainda mais o andamento dos processos, que estão parados devido à falta de recursos. No entanto, sempre que houver orçamento, em sua opinião, deve-se documentar melhor o bem cultural. Comentou, encerrando, que a Resolução que rege a revalidação será revisada. **Deyvesson Gusmão** passou, então, à votação. As Conselheiras(os) deliberaram unanimemente pelo prosseguimento do processo de reavaliação para revalidação Festa do Divino Espírito Santo de Paraty/RJ, com seu encaminhamento para deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **ITEM 3.2. Reavaliação dos Saberes e práticas associados ao modo de fazer Bonecas Karajá e Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá:** O diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão** deu continuidade à reunião, passando a palavra ao técnico do DPI Rodrigo Ramassote. O técnico **Rodrigo Ramassote** explicou o que o processo analisado pelo Parecer Técnico nº 22/2022/DIVTEC IPHAN-TO/IPHAN-TO (3902755) seria apresentado por meio da leitura da súmula que segue transcrita: "O Parecer de Reavaliação dos Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e do Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá foi redigido a seis mãos, pelos técnicos das superintendências do Iphan em Goiás, no Mato Grosso e no Tocantins. Sua elaboração envolveu pesquisas nos arquivos das superintendências citadas, contatos prévios com detentores via telefone e aplicativo WhatsApp, contatos com interlocutores de instituições públicas que desenvolvem trabalhos nas aldeias Karajás, como IBAMA, FUNAI e SESAI, e, finalmente, visitas técnicas às próprias detentoras nas aldeias Buridina e Bdè-Buré localizadas na Aruanã (GO), São Domingos, em Luciara (MT), e nas aldeias Santa Isabel do Morro, Werebia, JK e Wataú, localizadas na Ilha do Bananal (TO). O documento trata dos seguintes tópicos: a) questões ambientais ligadas à confecção das peças; b) características do processo de produção; c) relações de gênero; d) padrões gráficos; e) comercialização das peças no âmbito do mercado turístico; f) transmissão dos saberes; g) contato dos grupos com a sociedade envolvente; h) balanço das ações de salvaguarda; i) recomendações finais para a atuação do Iphan na salvaguarda do bem no decurso dos próximos anos. Em relação às questões ambientais implicadas no fabrico das peças, o Parecer apresenta um panorama amplo da situação presente nas localidades visitadas. Em Aruanã, nas aldeias Buridina e Bdè-Burè, as ceramistas permanecem comprando o barro já pronto na cidade de Goiás, localizada a 170 km de distância. Tal situação é mantida por três motivos: a falta de árvores "Cega Machado" da qual se recolhe gravetos para extrair cinzas que são misturadas à argila; às dificuldades implicadas no processo de preparação da argila local; e o alto custo de transporte da argila local, mais oneroso do que a compra em Goiás. Na aldeia de Santa Isabel do Morro, no Tocantins, a matéria-prima é extraída de barreiros locais. Já nas aldeias JK, Werebia e Wataú, as ceramistas coletam o barro em ao menos dois pontos, com a argila clara sendo

usada para bonecas e a avermelhada para cerâmica utilitária. Há preocupação com o nível do rio Araguaia, que tem baixado cada vez mais durante a seca, dificultando o acesso aos barreiros. Além disso, as queimadas que ocorrem durante a seca na Amazônia e no cerrado também afetam a Ilha do Bananal. Contudo, as madeiras usadas para fazer cinzas (mauwysidè) da queima da madeira Cega-Machado e outras espécies utilizadas no aquecimento e cozimento das peças são encontradas próximas às aldeias, não havendo maiores dificuldades em obtê-las. Na aldeia São Domingos, em Luciara, no Mato Grosso, as mulheres utilizam fibras da palmeira buriti para confeccionar cestarias e esteiras usadas em rituais. Embora o acesso às palmeiras seja difícil, as matrizes estão dentro da Terra Indígena, e a coleta é feita com ajuda de maridos e filhos. As queimadas durante a seca preocupam as artesãs devido ao risco de extinção da palmeira. A produção de bonecas de cerâmica em São Domingos é limitada em comparação à aldeia Santa Isabel, onde há maior diversidade e aceitação de peças no mercado. Em São Domingos, também se produzem bonecas de madeira com um único artesão, Kutaria Karajá. Em Santa Isabel do Morro, onde há maior concentração de "ceramistas profissionais", a produção de bonecas de barro é significativa e envolve jovens e idosas. A anciã Lawarideru Karajá continua fabricando bonecas apesar da dificuldade crescente de acessar os barreiros devido à erosão e desmatamento das margens do rio Araguaia. As cheias do rio forçam a busca por novos barreiros em áreas não alagadas. Em relação às características do processo de produção, o Parecer informa que nas aldeias Buridina e Budé-Burê, em Aruanã, estado de Goiás, as técnicas tradicionais usadas pelas ceramistas na confecção das peças não se alteraram de maneira significativa, apenas foram introduzidas novas ferramentas e materiais. Em Buridina, a ceramista Darcelia Uassuri passou a usar pincel para grafismos, antes feitos com talo de Buridina. Outras ceramistas introduziram tinta preta de sapato ou de tecido. Em Budé-Burê, algumas ceramistas utilizam cinzas para produzir tinta preta. Nas aldeias Werebia, JK e Wataú, não houve introdução de novas ferramentas além das mencionadas no Dossiê. As tintas usadas são tanto naturais quanto industrializadas, sendo as últimas preferidas pela melhor aderência e durabilidade. Na aldeia de São Domingos, as ceramistas afirmam que as técnicas tradicionais são mantidas, mas observam-se algumas mudanças, como o uso de tinta de polir sapatos Nugget no lugar da tintura de jenipapo e tinta industrializada Xadrez no lugar da semente de urucum. Há poucas mulheres ceramistas que produzem bonecas para comercialização, e a coleta de barro requer atravessar o rio Araguaia, o que é dificultado pela falta de barco a motor. Na aldeia Santa Isabel do Morro, onde a produção de peças é mais voltada para a comercialização e turismo, a queima ainda é realizada de forma tradicional. A ceramista Lawaride Karajá segue os procedimentos aprendidos com seus ancestrais, utilizando um forno simples feito com uma chapa de metal sobre pilhas de tijolos. O processo de queima ocorre em duas fases: a secagem inicial das peças e a queima final após a remoção da chapa de metal. Lawaride menciona que o processo é penoso e difícil de se realizar sozinho. No que diz respeito às relações de gênero, o fabrico das bonecas continua sendo uma atividade exclusiva das mulheres, com a participação dos homens em tarefas auxiliares. Nas aldeias Karajá em Aruanã, as ceramistas confirmam essa tradição. Nas aldeias JK, Werebia e Watau, no Tocantins, os homens ajudam na coleta e transporte da argila, pertencendo o conhecimento às mulheres. Em São Domingos e Santa Isabel do Morro, a situação é semelhante. Em São Domingos, como vimos, os homens produzem bonecas de madeira. Em Santa Isabel, os homens ajudam nas tarefas que exigem maior esforço físico e, em alguns casos, na comercialização. Mahiru Karajá, por exemplo, confecciona bonecas enquanto seu marido, Crirrulurí Karaja, cuida da venda. Em relação aos padrões gráficos e seus significados, nas aldeias Karajá de Aruanã, a maioria das ceramistas afirmou que os grafismos e seus significados permanecem inalterados. No entanto, Iracy Roradique Karajá e Elizabeth de Arumane mencionaram a introdução de novos desenhos para "embelezar" as peças, inspirados em temas variados da natureza. Nas aldeias Werebia, JK e Wataú, as ceramistas utilizam os mesmos grafismos registrados no dossiê, como Haru, Werurá, Otunibro Rti, Koe Koe e Lyby Lyby. A ceramista Koassaru, da aldeia JK, indicou uma nova variação chamada "5 Rti (pintura de cinco)", que, apesar de ser uma inovação, está relacionada ao Koe Koe. Originalmente, havia menos padrões gráficos, com predominância de um que se referia à onça; atualmente, a maioria dos padrões está ligada a elementos da natureza. Ainda sobre esse tópico, as ceramistas das aldeias São Domingos e Santa Isabel do Morro afirmam que pouco coisa mudou em relação aos desenhos reproduzidos nas peças. Porém, Mahiru Karajá, artesã residente na segunda comunidade, comentou que no passado os detalhes eram simples e inspirados em alguns animais como jacaré, tartarugas e onças; hoje outros "mais difíceis" estão sendo copiados das pinturas corporais e reproduzidos nas bonecas. No que concerne à comercialização das peças no âmbito do mercado turístico, as ceramistas de Aruanã relataram que o reconhecimento cultural proporcionado pelo

Registro federal aumentou a demanda pelas bonecas. O cacique Raul, da aldeia Buridina, observou que esse reconhecimento também incentivou muitas Karajá a aprenderem a fazer as bonecas. Quanto ao perfil dos consumidores das peças, houve divergências nas informações. Em Buridina, as ceramistas notaram um aumento de compradores atacadistas, enquanto em Budé-Burê as vendas são feitas diretamente ao consumidor. Essa diferença é atribuída à localização turística de Buridina e ao Centro Cultural Karajá, que facilita a revenda, enquanto Budé-Burê, mais distante, realiza exposições itinerantes para alcançar turistas. Nas aldeias JK, Werebia e Watau, embora as vendas tenham aumentado após o registro, a demanda diminuiu ao longo dos anos, especialmente durante a pandemia de Covid-19. As ceramistas notaram uma redução no número de instituições que compram as bonecas e nas encomendas diretas. Segundo as ceramistas dessas aldeias, são quatro as formas de vendas: a) o comércio local nas cidades ribeirinhas, especialmente em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso; b) encomendas feitas diretamente às ceramistas, frequentemente mediadas por familiares. Segundo as detentoras, a quantidade de encomendas já foi mais expressiva, e não há clareza sobre o destino das peças encomendadas; c) a participação em feiras e eventos em grandes centros urbanos ou em locais distantes; d) intermediação do Centro Cultural Karajá, situado em São Félix do Araguaia, onde as peças são vendidas em consignação, predominando as bonecas, mas incluindo também outros artesanatos. O centro recebe encomendas e já enviou bonecas para países como Noruega, Portugal, França e Inglaterra. Samuel Karajá, presidente do espaço, destacou que o registro pelo IPHAN aumentou o interesse do público, que agora inclui turistas e gestores de instituições museológicas, além de colecionadores. O comércio das bonecas enfrenta, contudo, desafios, como a presença de atravessadores que compram as peças por preços baixos para revendê-las. As ceramistas expressaram insatisfação com isso e com os atrasos nos pagamentos. Além disso, a competitividade entre as ceramistas gera conflitos, com algumas sendo favorecidas por seus “padrões de qualidade” exigidos pelo mercado. Na aldeia Santa Isabel do Morro, as bonecas produzidas são revendidas por parentes da aldeia São Domingos, criando um circuito que pode ajudar a mitigar os problemas causados pelos atravessadores. Em relação à transmissão dos saberes, o documento destaca que, nas aldeias de Aruanã, as ceramistas asseveram que os conhecimentos continuam sendo transmitidos em âmbito doméstico envolvendo membros da família extensa. Indicaram, contudo, que a escola indígena em Buridina também se dedica ao repasse desses saberes às alunas. No entanto, a escola é vista como um complemento, sem que se diminua a importância do ensino no interior da rede familiar. Em JK, Werebia e Watau, as entrevistadas reafirmaram a prevalência da transmissão no âmbito familiar. Não há, segundo elas, uma idade específica para o aprendizado, mas é importante que a jovem tenha maturidade suficiente para lidar com o fogo durante a queima das peças. O interesse e as habilidades das crianças são determinantes para sua participação no aprendizado. Além da aprendizagem não-formal, foram mencionadas oficinas promovidas por instituições públicas, nas quais ceramistas costumavam ensinar suas técnicas a mulheres de outras aldeias. Esse intercâmbio, contudo, tem diminuído nos últimos tempos. Na aldeia Santa Isabel do Morro, observou-se uma distinção entre as ceramistas: algumas são consideradas especialistas, criando esculturas que refletem histórias e narrativas fundamentais da cultura Karajá, ao passo que a maioria produz “bonecas modernas”, que retratam a vida cotidiana e os costumes do povo Iny Karajá, possivelmente para atender às demandas do mercado. O processo de transmissão dos saberes tem apresentado nuances que talvez na época da pesquisa do registro não existiam. Algumas ceramistas contam atualmente com a participação das filhas menores nos acabamentos mais delicados que compõem as bonecas. Como as filhas possuem familiaridade com as técnicas de desenhos aprendidos na escola, elas aperfeiçoam as peças nos processos de composição dos elementos faciais (boca, nariz, olhos e orelhas) e na execução dos traços finos da reprodução dos grafismos das bonecas. Percebe-se na relação de transmissão de saberes entre mãe e filha um tipo de troca horizontal, situação que favorece a inclusão das jovens no ofício. Trata-se de uma forma de aprendizado diferente do modo que as ceramistas em atividade aprenderam na infância, apenas observando as mães e as avós confeccionando as bonecas. Complementarmente, um vídeo produzido durante a pesquisa do Registro, disponível no YouTube, é utilizado como uma ferramenta de consulta e inspiração. As ceramistas assistem ao vídeo com suas filhas, observando técnicas de confecção e aprendendo com ceramistas falecidas, o que contribui para a preservação da prática. O segundo bloco do Parecer é dedicado ao exame da atuação do Iphan na salvaguarda do bem cultural. Embora a presença de conflitos locais tenha dificultado o avanço das ações de apoio e fomento, a vigência e a atuação de coletivos que transcendem as divisões entre as aldeias, como as Mulheres Iny Mahadu, formado em 2020, e a associação indígena Iny Mahadu, que representa todas as aldeias Karajá, têm exercido um papel importante na superação de desafios

enfrentados pelos detentores do bem cultural, especialmente durante a pandemia de COVID-19. No que diz respeito às relações de contato com a sociedade envolvente, a comunidade Karajá em Aruanã, inserida em um contexto urbano, enfrenta impactos tanto positivos quanto negativos. Por um lado, a comunidade tem maior acesso a serviços públicos; por outro, está mais vulnerável à discriminação e à marginalização. No entanto, o registro cultural tem promovido a valorização da cultura Karajá, trazendo visibilidade e fortalecendo as relações com a comunidade local, além de permitir que estes se apropriem de elementos da cultura Karajá como atrativos turísticos. Nas aldeias JK, Werebia e Watau, a situação é semelhante. Embora localizadas na Ilha do Bananal, estas aldeias são próximas à cidade de São Félix do Araguaia e também enfrentam discriminação e marginalização. O contato com não-indígenas tem levado a um consumo abusivo de álcool, situação que as lideranças tentam controlar. O alcoolismo implica no aumento da violência entre os indígenas e, em certos causos, leva ao suicídio. Para mitigar esses graves e dolorosos problemas, os anciãos e lideranças buscam implementar projetos voltados para os jovens, visando afastá-los do consumo de álcool e promover uma maior conexão com a cultura Karajá. Em 2012, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, conhecido como Ação Karajá, para discutir ações emergenciais destinadas a combater o alcoolismo e prevenir suicídios entre os Karajás da Ilha do Bananal. O Iphan participou desse grupo, contribuindo para o levantamento e diagnóstico das associações indígenas. Embora houvesse o planejamento de oficinas, a concretização desses projetos enfrentou dificuldades, especialmente na formalização de um convênio com a Funai. A comunidade Karajá em Aruanã é atendida pelo Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) Araguaia, que conta com equipes de saúde mental, incluindo psicólogos e "sentinelas" — indígenas que monitoram a saúde mental da comunidade e procuram ajuda quando necessário. Os Karajás são encaminhados para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), como o CAPS de nível I em São Félix do Araguaia, no Tocantins, e, quando preciso, são levados a Goiânia para um CAPS de nível III. Em 2021, não houve registros de suicídios entre os Karajás, número atribuído ao debate sobre saúde mental promovido nas aldeias. Do ponto de vista geracional, há uma insatisfação expressa pelos anciãos, que percebem um desinteresse crescente dos jovens pelas atividades tradicionais, atraídos pelo mundo não-indígena. Conforme o parecer sustenta, os professores indígenas podem atuar como mediadores no processo de salvaguarda do Iphan. Ainda sobre a discriminação enfrentada pela comunidade, a elaboração de material didático e oficinas, como as de bonecas e adornos corporais, têm sido propostas pelas superintendências do Iphan nos três estados para fortalecer a cultura Karajá e o sentimento de pertencimento étnico entre os mais jovens. No entanto, a conversão de algumas famílias à religião neopentecostal tem limitado a participação dos jovens em rituais importantes, como o Hetohoky, o que também preocupa as lideranças. Em relação aos impactos do registro na comercialização das bonecas e valorização das ceramistas, o documento reporta que a comunidade Karajá em Aruanã tem se envolvido ativamente nas ações de salvaguarda, com oficinas de confecção de bonecas Karajá e a elaboração de um livro bilíngue sobre a cultura Iny. As visitas técnicas revelaram que o registro e as políticas de salvaguarda são considerados importantes para valorizar a cultura Karajá e impulsionar a comercialização das bonecas. Nas aldeias da Ilha do Bananal, a adesão às e envolvimento com as atividades de salvaguarda é igualmente intensa. Foram realizados trabalhos de identificação de detentoras nas aldeias dos polos de São Félix do Araguaia/MT, Luciara/MT e Santa Terezinha/MT, levantamentos de possíveis ações de salvaguarda e o planejamento e execução de oficinas sobre o Registro, sobre a confecção de "enfeites" rituais, sobre a confecção de ritxoko, além da elaboração da cartilha Narrativas Karajá e de apoios pontuais ao ritual Hetohoky. As ceramistas, no entanto, enfrentam desafios na comercialização das bonecas, como a diversificação de compradores e os preços de venda. É importante mencionar o convênio firmado entre o Iphan e a Universidade Federal de Goiás, vigente entre os anos de 2015 e 2018, como uma ação também fundamental para a salvaguarda do bem, resultando em cursos sobre gestão de projetos culturais e produção de documentários, além de oficinas práticas que abordaram diversas atividades culturais. O projeto culminou na entrega do livro "Arte Iny Karajá: Patrimônio Cultural do Brasil" em 2021. Além das aldeias identificadas no momento do registro, desde 2012 outras tantas foram sendo integradas ao processo de salvaguarda, a partir dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do convênio mencionado e uma aproximação cada vez maior das superintendências junto às populações detentoras do bem cultural. Atualmente, 26 aldeias Karajá, distribuídas desde Santa Maria das Barreiras, no Pará, até Aruanã, se envolvem no processo de salvaguarda do bem. As ações institucionais enfrentam, contudo, desafios na inclusão de todas as aldeias Karajá no processo de salvaguarda, especialmente devido ao número reduzido de técnicos nas superintendências, a distância entre as superintendências e as aldeias, além das dificuldades de acesso

aos locais em períodos de chuva. Embora as políticas de salvaguarda voltadas para o bem cultural ainda se encontram incipientes, algumas iniciativas de costura e colaboração interinstitucional têm ocorrido. A Funai, por exemplo, tem participado ativamente nas atividades de salvaguarda. Além disso, na Ilha do Bananal foram estabelecidas parcerias com a Secretária de Saúde Indígena (SESAI), por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Araguaia. Escolas locais também têm auxiliado na logística das ações. Além destes, há também o diálogo com a Secretaria de Educação do Tocantins - SEDUC/TO, Secretaria de Estado de Cultura, Esporte Lazer do Mato Grosso - SECEL/MT, Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso - SEDUC/MT, e Universidade Federal de Goiás - UFG por meio de seu Museu Antropológico. O parecer conclui com algumas observações e recomendações finais sobre a salvaguarda do bem que merecem ser indicadas: 1) É fundamental fortalecer a colaboração com o poder público local e instituições como o IBAMA, Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso, Secretaria da Cultura e Turismo do Tocantins, Secretaria de Educação e Cultura de São Félix do Araguaia, e universidades federais e estaduais da região. 2) É importante engajar as associações indígenas no processo de salvaguarda. Muitas delas enfrentam problemas de regularidade jurídica e necessitam de orientação para resolver pendências, o que permitirá um envolvimento mais efetivo. 3) Necessidade de se formar um grupo de gestão para o processo de salvaguarda, composto por indígenas, detentoras do saber e parceiros institucionais. Essa instância deve ser flexível e dialogar com as estruturas sociais do povo Iny Karajá. 4) Estabelecer estratégias para a comercialização das bonecas Karajá, incluindo a criação de materiais informativos sobre as produtoras, uso de embalagens biodegradáveis e divulgação em possíveis mercados. 5) Realizar um estudo dedicado ao mercado do bem cultural, abordando a comercialização, os atores sociais envolvidos, rotas de comércio, trajetória das peças e relações entre produtoras e compradores. 6) Promover oficinas de transmissão de saberes, focando também em mulheres jovens e ceramistas que ainda não dominam as técnicas de confecção das “bonecas modernas”, conhecidas como *wijina bede ritxoko*. 7) Estimular intercâmbios entre ceramistas de diferentes aldeias para o fortalecimento das habilidades e troca de experiências. 8) Incluir a Superintendência do Iphan no Pará no processo de salvaguarda, considerando que as aldeias Santo Antônio e Maranduba estão localizadas em Santa Maria das Barreiras/PA. 9) Proceder com a publicação do Dossiê de Registro do bem cultural, contribuindo para a sua difusão e valorização.” Após da leitura, o diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão**, passou a palavra para o **Conselheiro Joaquim Kaxinawá**, que iniciou a sua fala comentando sobre a necessidade de se trabalhar com imagens para melhor compreensão do processo. Destacou que, ainda que tenham dificuldades, é possível perceber a continuidade da prática. Comentou também sobre a sua experiência em contato com o povo Karajá e como foi enfatizado o símbolo de identidade que as bonecas representam, assim como os grafismos. Pontuou que, para além da identidade, há também o aspecto de geração de renda e emprego na produção da prática cultural em questão, sendo um atrativo para os mais jovens se engajarem na produção cultural. Ressaltou, todavia, o problema do alcoolismo, que tem atingido vários povos indígenas no contato com os não indígenas. Salientou, com isso, que as lideranças devem se utilizar dessas práticas culturais como uma forma de afastar os jovens desses problemas com alcoolismo. Ao final, manifestou-se favorável à revalidação do bem cultural. O debate foi aberto para as demais conselheiras. A **Conselheira Izabela Tamaso** comentou que este processo é um caso bastante interessante e está muito bem instruído. Destacou a questão da saúde mental dos indígenas, a vulnerabilidade social da comunidade e como as mulheres Karajá têm vencido esses desafios. Ressaltou o uso de um vídeo disponibilizado no *youtube* para a reprodução de técnicas de artesãs já falecidas, enfatizando o conceito de reflexividade do antropólogo Antônio Augusto Arantes. Dentre os tantos pontos positivos, para ela, do Registro está esse da reflexividade. A **Conselheira Marcia Chuva** comentou sobre o incêndio do Museu Nacional, no qual uma boneca foi encontrada ainda que queimada e foi identificada pela equipe de resgate dos materiais. A conselheira comentou acerca da carga emocional deste momento e destacou que o Museu está fazendo vários trabalhos de acervo compartilhados, no sentido de recompor o acervo do Museu Nacional. A **Conselheira Luciana Carvalho** destacou a sensibilidade do Parecer Técnico de revalidação, as questões de saúde mental, e a aproximação dos indígenas de vivências e sofrimentos urbanos. Ressaltou, ainda, o papel da prática cultural em tela na inserção dos indivíduos e a importância na salvaguarda das ações de inserção no mercado, para trazer o interesse dos jovens e possibilitar a continuidade do bem cultural, principalmente frente à pressão da urbanização e da cultura externa às aldeias. **Deyvesson Gusmão** comentou sobre um pedido de ajuda de uma associação Karajá sobre a questão de vulnerabilidade social que foi encaminhado para a Superintendência no Goiás. Segundo o diretor do DPI, o papel de mediação pode ser feito pelo Iphan.

Nesse sentido, a ideia é articular com a Funai e MPI para a realização de ações que atendam a demanda apresentada. **Deyvesson Gusmão** passou, então, à votação. As(os) Conselheiras(os) deliberaram unanimemente pela revalidação dos Saberes e práticas associados ao modo de fazer Bonecas Karajá e Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá. Finalizando as discussões de processos de revalidação, o Diretor comentou sobre a relatoria dos processos de revalidação no Conselho Consultivo, que foi uma demanda dos conselheiros, principalmente, da conselheira Márcia Sant'Anna, quando ela participava de outra composição do Conselho Consultivo. A **Conselheira Marcia Chuva** chamou atenção para o fato de que o trabalho de revalidação é um trabalho de avaliação do que foi feito, mas não é necessariamente o que conduz a revalidação. Isso precisa ficar claro para o Conselho Consultivo como um todo. O papel dos conselheiros do Conselho Consultivo não é o papel somente de ratificar o que foi avaliado na Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial. Em seu entendimento, é preciso ficar mais claro todo o processo de reavaliação e como aprimorar ele. **Deyvesson Gusmão** fez uma reflexão acerca da questão dos léxicos: reavaliação e revalidação e concordou que o papel das Câmaras Setoriais também precisa ficar mais claro. Relembrou que o Conselho Consultivo antes discutia as minúcias do processo, mas que, hoje, isso é feito no âmbito da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial. Mencionou que já houve críticas de que, quando o processo chega no Conselho Consultivo, ele já está pronto. Esclareceu que a reavaliação do bem cultural é a revalidação do título e que os pedidos de registro que são arquivados não chegam no Conselho Consultivo, por uma questão de otimização de tempo. Ponderou que o intuito é o de que as discussões mais críticas, demoradas e profundas ocorram no momento da Câmara Setorial, até por uma questão de viabilidade numérica de conselheiros discutindo, mas que o Conselho Consultivo não pode ser alijado do processo de revalidação, embora seja mais celebrativa a revalidação no momento do Conselho Consultivo. Segundo o diretor, vale ressaltar que o Conselho Consultivo pode pedir esclarecimentos e devolver processo para mais discussões. Além disso, o DPI está disponível para discutir o processo de revalidação, uma vez que o próprio do processo de Registro está sendo revisto, com a elaboração de uma nova Resolução. Essa Resolução deverá passar pela Câmara Setorial no ano que vem. **Diana Dianovsky** comentou que a elaboração da nova Resolução está na fase de revisão textual e será finalizada ainda este ano, para que, no próximo ano, sejam feitas as consultas públicas. Diante disso, sugeriu uma reunião ou um seminário da Câmara Setorial, para discutir tanto a revisão de Resolução como também os critérios que não precisam estar expressos na Resolução, pois estão no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, mas que precisam de discussão. A C**onselheira Luciana Carvalho** expressou que queria ter uma noção de como está a questão dos atrasos nas revalidações e como os conselheiros poderiam contribuir para que a revalidação não dure mais do que 10 anos. **Deyvesson Gusmão** respondeu que, no momento, há 5 processos que têm mais de 10 anos para serem revalidados, dentre eles, a capoeira que tem 14 anos de reconhecimento patrimonial. Depois desses, os processos entrarão no fluxo normal de revalidação a cada 10 anos. Completou que, nas próximas reuniões do Conselho Consultivo, a ideia é que se vença esses 5 processos. A C**onselheira Marcia Chuva** questionou quantos processos ainda faltam passar pela Câmara Setorial. **Deyvesson Gusmão** respondeu a conselheira, dizendo que 4 processos já passaram pela Câmara Setorial, faltando agora só passar pelo Conselho Consultivo e que somente 1 processo precisa ainda ser apreciado pela Câmara Setorial. A C**onselheira Luciana Carvalho** ressaltou a necessidade de se pensar um pouco melhor a cara internacional dos bens culturais para possíveis candidaturas de reconhecimento internacional e que seria interessante começar o ano pensando nisso. Para ela, é importante refletir acerca das limitações da UNESCO e a cara dos bens culturais, considerando a possibilidade de que as candidaturas sejam mais estratégicas. Em sua opinião, internamente, é preciso estabelecer também prioridades para os processos de reconhecimento patrimonial, pois, hoje, se tem muitas celebrações e formas de expressões reconhecidas, mas poucos lugares. Todavia, há demandas por lugares, portanto, é preciso elencar prioridades para os livros que se têm menos reconhecimentos. **Deyvesson Gusmão** argumentou que tem demanda que não é só processo de reconhecimento, por exemplo, a demanda internacional é uma, o monitoramento da salvaguarda é outra, e isso precisa ser mais bem divulgado para a Câmara Setorial. Diante disso, o diretor propôs pensar os modelos de reuniões, com as presenciais com mais discussões e caráter de oficinas, enquanto os processos podem ser avaliados em reuniões virtuais. O diretor ressaltou também, que, mesmo não estando na busca ativa, tem muita demanda de reconhecimento internacional chegando, como o Forró, Baianas de Acarajé e Choro, que estão interessados no reconhecimento como Patrimônio da Humanidade. Todavia, é preciso pensar a gestão territorial e intersetorial desses bens culturais. Por exemplo, no caso do Sistema Agrícola do Rio Negro, deve ocorrer o diálogo sobre as

questões ambientais com outras instituições. Todavia, o diálogo precisa ser construído, levando em conta o tempo para a construção do reconhecimento internacional que tem um calendário próprio. Por conta desses diversos apontamentos, o diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão** fez a seguinte proposta de encaminhamento: enviar uma consulta para os membros da Câmara Setorial acerca de temas importantes, para não ficar só no debate de processos. Esse tipo de debate, segundo o diretor, faz parte de uma estratégia de discussão da política de salvaguarda do patrimônio imaterial que, no ano que vem, completa 25 anos. **ITEM 4. PROCESSOS DE REGISTRO (continuação). ITEM 4.1**. **Solicitação de Registro da Associação Canelense dos Artesãos para manutenção de suas Cabanas Coloridas: Deyvesson Gusmão** passou a palavra para a coordenadora de registro e revalidação, **Marina Lacerda**, que iniciou a apresentação da Nota Técnica nº 14/2023/CORER/CGIR/DPI (4618113) comentando que o processo é delicado, pois os artesãos estão nas Cabanas Coloridas desde a década de 1990 e a prefeitura quer retirá-los do local. Todavia, o material apresentado pelo proponente não releva uma relação de pertencimento da comunidade para além da relação com o turismo. A superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul recebeu o processo com cuidado, devido ao caso de deslocamento, todavia, o Registro como Patrimônio Cultural do Brasil não garante a permanência no local. O processo, também, tem uma questão problemática de continuidade histórica, pois a ocupação é da década de 1990. Mesmo que se tenha tentado, por parte do Iphan, um diálogo com o poder público local para discutir o deslocamento, o bem cultural em questão não tem aderência de patrimônio. Após essas ponderações, **Deyvesson Gusmão** passou a palavra para os (as) conselheiros (as). A **conselheira Marcia Chuva** apontou, então, que não se tem muito o que falar além do que já foi dito. Na sua visão, além da questão da década 1990, o pedido de Registro é oriundo de uma associação privada, com CNPJ. Além disso, questões de deslocamento urbano acontecem em qualquer cidade e que considerar a patrimonialização para resolver a questão é desviar a função da política de patrimônio. A C**onselheira Izabela Tamaso**, por sua vez, observou a recorrência e semelhança dos bens culturais analisados pela Câmara Setorial, retomou os processos das Gameleiras Sagradas e da FENADI para mencionar que os grupos entendem a política de patrimônio para resolver problemas que enfrentam e que precisamos ter um crivo muito cuidadoso. No caso específico, do bem analisado agora, a conselheira entende que a sua relevância é mais municipal do que nacional. Ponderou ainda que não dá para atender todo mundo, pois se tudo é patrimônio, nada é patrimônio. Portanto, os critérios existem para fazer essas diferenciações do que deve ser reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil e o que não deve. A coordenadora de registro e revalidação, **Marina Lacerda**, esclareceu que não foi dado destaque para o fato de o pedido ser oriundo de um CNPJ, pois se todos os outros critérios são atendidos, esse tipo de ponto pode ser revisto, quando não é a questão principal, mas, neste caso, havia problemáticas maiores que inviabilizavam o seguimento do processo. Após essas colocações, o diretor **Deyvesson Gusmão** demandou a votação pelo arquivamento que foi aprovado com unanimidade. **ITEM 5. Encaminhamentos finais:** A **Conselheira Izabela Tamaso** questionou se existe algum levantamento do quantitativo de processos que visam outras garantias a ameaças que não são necessariamente patrimoniais. Em seu entendimento, esse levantamento seria importante para mapear o entendimento equivocado do que é patrimônio pelas pessoas que demandam reconhecimentos patrimoniais. Para a conselheira, seria importante ter um diagnóstico do que tem chegado ao Iphan e como tem chegado. O diretor **Deyvesson Gusmão** respondeu à conselheira dizendo que não tem esse levantamento, mas que é uma ideia interessante, pensando a avaliação da política de salvaguarda nesse primeiro quarto de século. **Marina Lacerda** descreveu que o DPI tenta manter a isenção no pedido de Registro, portanto, não tem modelo fornecido pelo Iphan, para que a demanda venha com a cara do proponente. **Diana Dianovsky** afirmou é possível rastear isso nos processos e que um estudo mais específico poderia ser realizado no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan ou de um Prodoc. **Izabela Tamaso** exemplificou seu raciocínio defendo que a pesca artesanal de Cáceres também tem questão de risco, mas não é o risco que deve ser a questão a ser apreciada, mas sim a pertinência do bem cultural por meio de critérios que estão nas legislações e que a pesca apresenta. **Diana Dianovsky** comentou que muitos detentores vêm atrás do Iphan por conta do poder de polícia. **Deyvesson Gusmão**, para complementar a discussão, deu como exemplo o uso indevido do Kene, grafismos do povo *Huni Kui*, e o papel da patrimonialização para garantir direitos à comunidade. Segundo o diretor, a política de salvaguarda pode auxiliar nas questões, mas não resolve. Para tanto, comentou como o Iphan pode atuar na mediação com outros órgãos e não se pode negar o peso da mediação de um órgão federal, como o Iphan, na garantia de direitos. Encerrando a reunião, o diretor informou que as reuniões presenciais da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial serão coladas as do Conselho Consultivo,

mas que tentará que as reuniões da Câmara sejam antes da reunião do Conselho Consultivo, pois a reunião Câmara demanda mais preparo. Informou, mais uma vez, que será encaminhada uma consulta aos (às) conselheiros (as) acerca dos temas a serem discutidos nas reuniões presenciais. Sintetizou, por fim, que ficou decido que as reuniões virtuais serão destinadas para analisar os processos e as presenciais para debater temas relevantes para a política de salvaguarda do patrimônio imaterial. Após esses informes, o Diretor do DPI, **Deyvesson Gusmão**, encerrou a 46ª reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial. A presente Ata segue lavrada pelas(os) relatoras(es) e subscrita pelos membros da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial.

DEYVESSON ISRAEL ALVES GUSMÃO
Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial

DIANA DIANOVSKY
Coordenadora-Geral de Identificação e Registro

ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS
Conselheira

GIVÂNIA MARIA DA SILVA
Conselheira

IZABELA MARIA TAMASO
Conselheira

JOAQUIM PAULO DE LIMA KAXINAWÁ
Conselheiro

LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO
Conselheira

MÁRCIA REGINA ROMEIRO CHUVA
Conselheira

AMANDA CAMYLLA PEREIRA SILVA
Relatora

KÁTIA BRASILINO MICHELAN
Relatora

SABRINA CRISTINA QUEIROZ SILVA
Relatora

Documento assinado eletronicamente por **Amanda Camylla Pereira Silva**, **Técnico I**, em 29/11/2024, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Cristina Queiroz Silva**, **Técnico I**, em 29/11/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Diana Dianovsky**, **Coordenadora-Geral de Identificação e Registro**, em 29/11/2024, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Katia Brasilino Michelan**, **Analista I**, em 29/11/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIA REGINA ROMEIRO CHUVA**, **Usuário Externo**, em 29/11/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Deyvesson Israel Alves Gusmao**, **Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial**, em 29/11/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Givânia Maria da Silva**, **Usuário Externo**, em 29/11/2024, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro Martins**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **IZABELA MARIA TAMASO**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 23:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá**, **Usuário Externo**, em 20/12/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **5893731** e o código CRC **508F491F**.

Referência: Processo nº 01450.007346/2024-89 SEI nº 5893731

Criado por matheus.barros, versão 2 por matheus.barros em 29/11/2024 10:40:57.